



BOLETIM INFORMATIVO Nº 05/2025

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Tema Principal:

◆ Declaração de Profissional Contábil na Qualificação Econômico-Financeira – Exceção que Exige Justificativa.

Base Legal:

-  Art. 69, §1º da Lei nº 14.133/2021.
-  Modelo AGU – Nota explicativa do item 9.32.

★ *Você sabia que a exigência de **declaração assinada por profissional contábil, atestando os índices econômico-financeiros do licitante, não é regra, mas sim exceção?***

Apesar de constar nos modelos padronizados da AGU, essa exigência só pode ser incluída no edital mediante justificativa expressa da Administração.

O que diz a Lei?

Art. 69, §1º da Lei nº 14.133/2021:

“A **critério da Administração**, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil (...).”

O que isso significa na prática?

✓ A Administração **não está obrigada a exigir tal declaração**. Ao optar por fazê-lo, deve demonstrar no processo licitatório a **motivação da necessidade**, com base nas peculiaridades do objeto ou nos riscos envolvidos na contratação.

O que tem acontecido?

✓ Unidades técnicas têm reproduzido, mecanicamente, a cláusula constante nos modelos da AGU, sem qualquer justificativa, o que fere o princípio da motivação dos atos administrativos e pode configurar exigência indevida que compromete a legalidade do edital.

Riscos da exigência indevida:

-  Restrição à competitividade (especialmente para ME/EPPs);
-  Inabilitação indevida de licitantes que atendem aos índices, mas não apresentam a declaração;
-  Impugnações, recursos e anulação do certame.

Como agir corretamente?

- ✓ Analise se a **exigência da declaração contábil é realmente necessária** ao caso concreto;
- ✓ Em caso positivo, **registre a devida justificativa** nos autos do processo;
- ✗ Se não houver justificativa, não inclua a exigência no edital, mesmo que ela conste no modelo.

★ **Importante lembrar: O próprio modelo da AGU ressalta, em nota explicativa, que a exigência é facultativa e condicionada à justificativa da Administração.**

 **"A boa gestão das contratações públicas depende da atualização contínua sobre jurisprudência e boas práticas."**